
***Companhia de
Desenvolvimento Econômico
de Minas Gerais – Codemig***
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

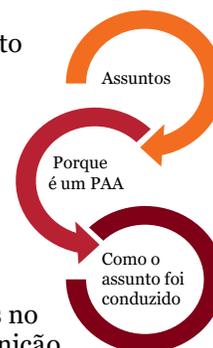
Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 9 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com parte relacionada que é sua principal fonte de recursos, mantém saldos com parte relacionada integrante do Governo do Estado de Minas Gerais em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira; cede em comodato não oneroso, imóvel de sua propriedade a entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais e tem despesas administrativas e de estrutura assumidas por parte relacionada. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

O contexto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas permaneceram substancialmente consistentes com as operações no ano anterior. Nesse contexto, nossa estratégia de auditoria, bem como a definição dos Principais Assuntos de Auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA

Receita da exploração do nióbio (Notas 1 e 18)

As receitas da Companhia são substancialmente provenientes dos recursos oriundos da atividade de exploração do nióbio, por meio de sua participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) em conjunto com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM (“CBMM”).

As receitas são reconhecidas e os resultados apurados pela SCP com base em informações obtidas da CBMM, as quais são monitoradas e controladas pela administração da Companhia com o objetivo de apurar e registrar os valores de forma correta, completa e no adequado período de competência.

A relevância dos valores dessas receitas, bem como os potenciais riscos envolvidos na sua apuração e no seu reconhecimento no período correto por meio da SCP, nos levou a identificar essa área como de risco significativo, o que requer considerações especiais de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu, entre outros, os seguintes procedimentos descritos:

Efetuamos a leitura e o entendimento do contrato entre a Companhia e a CBMM, bem como a atualização do entendimento dos controles internos do processo de apuração e reconhecimento de receitas e contas a receber.

Efetuamos procedimentos analíticos sobre a movimentação das receitas, para identificar variações inconsistentes às nossas expectativas, obtidas a partir de nosso conhecimento prévio das operações da SCP e que possam indicar potenciais problemas de apuração e competência.

Obtivemos da CBMM a confirmação direta do saldo de contas a receber da SCP em 31 de dezembro de 2020 e da receita do exercício findo nessa data.

Efetuamos o recálculo dos valores reconhecidos como receita do exercício, com base na fórmula descrita no contrato entre a Companhia e a CBMM.



Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Além dos testes descritos anteriormente, realizamos teste de conciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares e realizamos teste de recebimento subsequente das contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2020 referentes aos valores da SCP.

Consideramos que os valores e as informações divulgados estão consistentes com os dados e documentos obtidos em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig

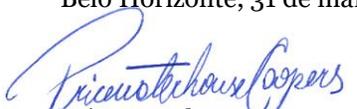
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 31 de março de 2021



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Relatório da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

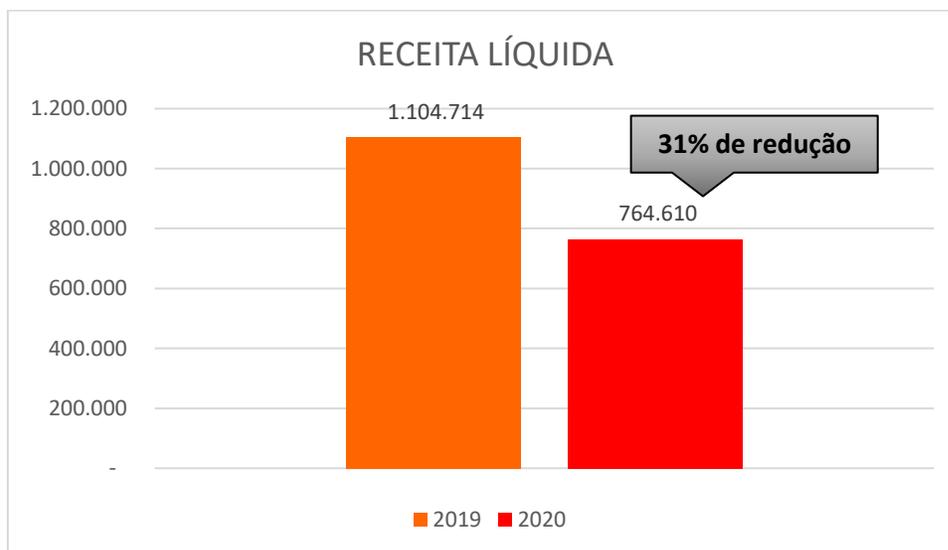
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) teve resultados significativos derivados da sua participação na Sociedade em Conta de Participação (SCP) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), mas inferiores ao exercício anterior, em função do impacto da pandemia de covid-19 em 2020. Atualmente, a Codemig tem como único negócio a exploração do nióbio, por meio da referida SCP com a CBMM. Em relação à sua estrutura societária, em 31 de dezembro de 2020, a Codemig detinha 51% das ações da Codemig, o que lhe permitiu dar continuidade às ações de desenvolvimento econômico existentes em Minas Gerais, anteriormente conduzidas diretamente pela Codemig. Por sua vez, o Estado de Minas Gerais detinha os 49% restantes, fazendo jus ao recebimento de dividendos, fundamentais no atual contexto fiscal e pandêmico desafiador.

EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em **volume de desembolsos**, a Companhia distribuiu em dividendos a seus acionistas, ao todo, **R\$723 milhões**, decorrentes de dividendos intercalares e intermediários, sendo R\$369 milhões a seu acionista majoritário, a Codemge, e R\$354 milhões ao Estado de Minas Gerais, seu outro acionista.

RECEITA LÍQUIDA



A Codemig atingiu, em 2020, receita líquida de **R\$765 milhões**. A redução da receita da Codemig deve-se, principalmente, ao impacto negativo no resultado da SCP derivado da queda em 30% no volume das vendas e de efeitos cambiais reflexos da pandemia de covid-19.

A receita líquida recebida em 2020 pela Codemig foi 31% menor do que a de 2019 — em números absolutos, foram recebidos em torno de R\$340 milhões a menos do que em 2019.

Como imposto de renda da SCP devido à CBMM, ao fim do exercício de 2020, foram registrados R\$350 milhões, os quais foram repassados à CBMM em janeiro de 2021. O total da participação da Codemig no imposto de renda e na contribuição social da SCP nos resultados de 2020, considerando o valor pago em janeiro de 2021 e o montante de imposto antecipado durante o exercício, alcançou R\$426 milhões no ano.

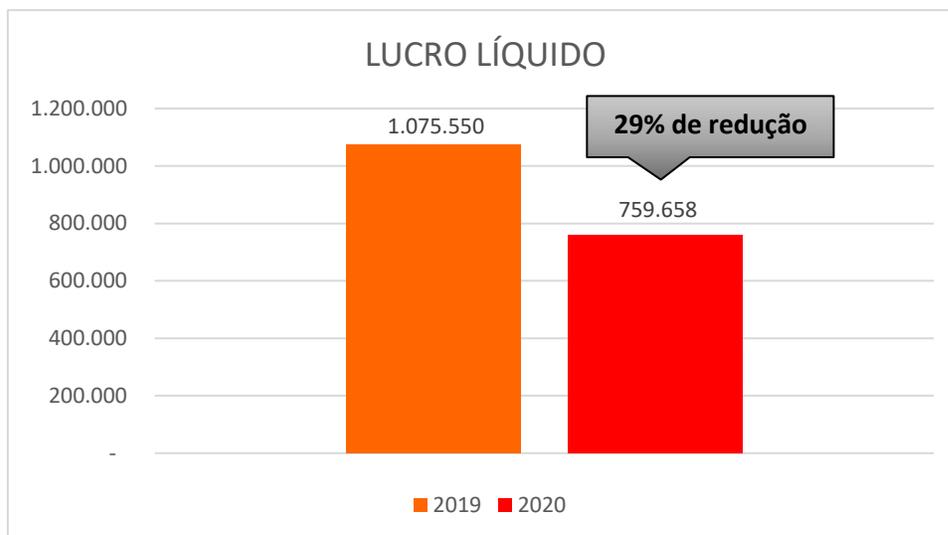
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Relatório da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

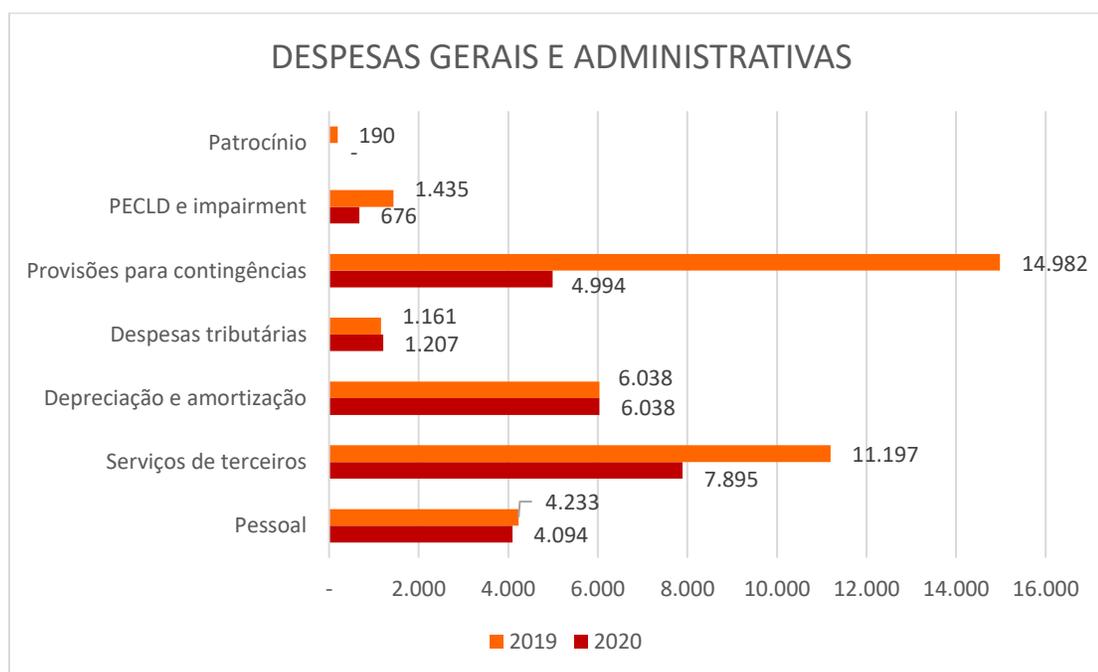
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

LUCRO LÍQUIDO



A Codemig reduziu seu resultado positivo em 2020, atingindo lucro líquido de **R\$760 milhões**.

O principal motivo para a redução de 29% do resultado de 2020, comparativamente a 2019, foi a queda das receitas com o nióbio recebidas da SCP. Contudo, cabe ressaltar a diminuição das despesas administrativas em R\$14 milhões, principalmente em função de eventos não recorrentes em 2019.

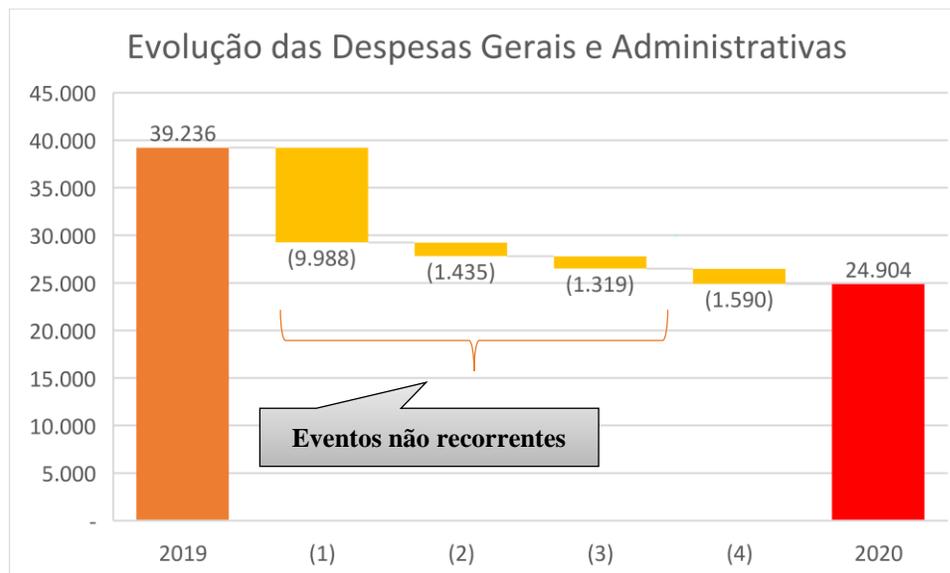


Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Relatório da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

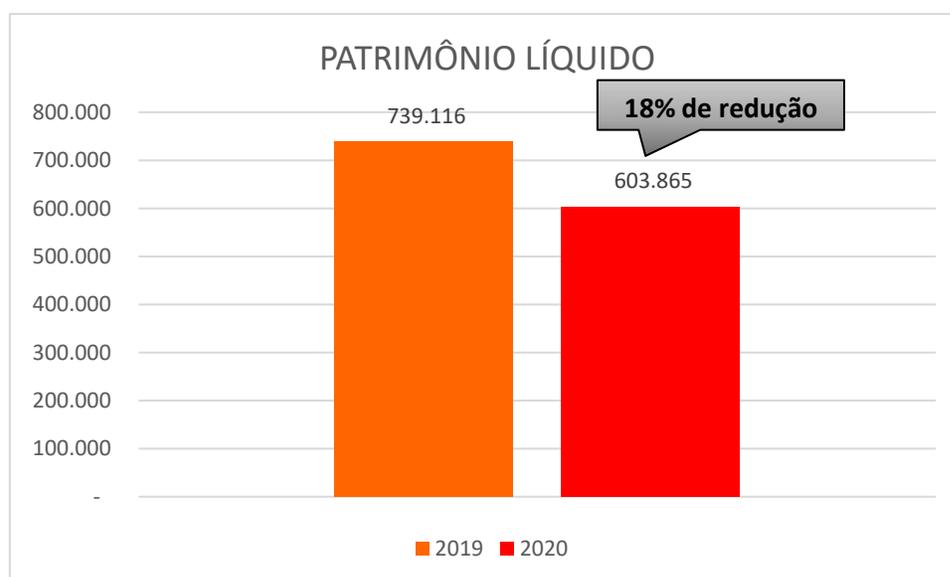
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Para maior elucidação, o gráfico acima demonstra a evolução das despesas conforme seus respectivos eventos, sendo eles:

- (1) Provisão de contingências tributárias dos exercícios de 2017 e 2018 registradas em 2019;
- (2) Provisão para adequação de valor recuperável de terreno da Companhia em MG;
- (3) Honorários advocatícios vinculados à discussões judiciais e extrajudiciais;
- (4) Outras despesas pulverizadas reduzidas em 2020.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Relatório da administração

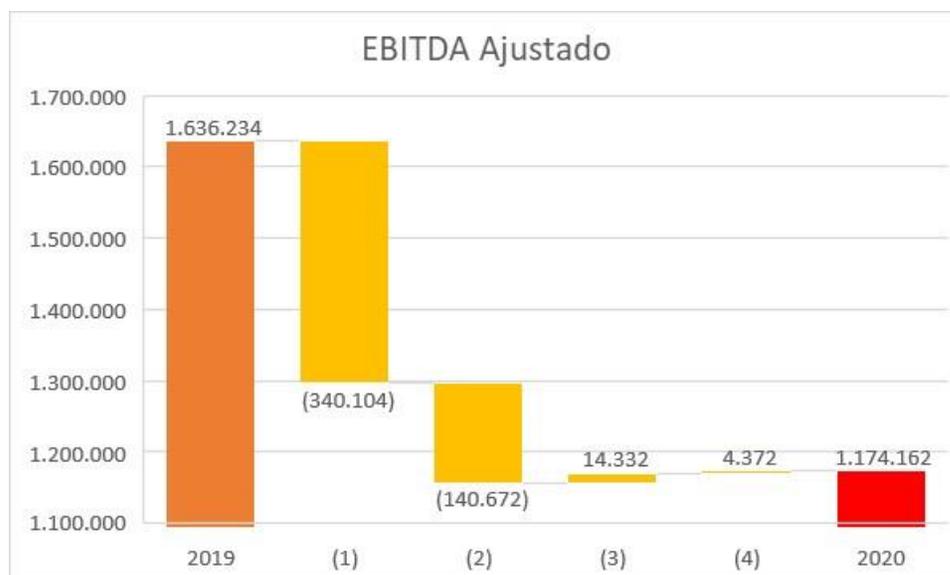
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O **patrimônio líquido** da Codemig teve uma redução de R\$135 milhões, derivada da distribuição integral do seu resultado até o fim do exercício, por meio de dividendos aos seus acionistas, no montante de R\$760 milhões, além da distribuição de grande parte da reserva de lucros de exercícios anteriores, no montante de R\$135 milhões. Até a emissão dessas demonstrações, a Companhia já havia pago a integralidade dos resultados apurados no exercício de 2020.

EBITDA

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	759.658	1.075.550
(+) IR/CSLL sobre o lucro do exercício	-	-
(-) Resultado financeiro positivo	(17.929)	(12.421)
(+) Depreciação e amortização	6.038	6.038
EBTIDA - conforme ICVM 527	<u>747.767</u>	<u>1.069.167</u>
<i>Efeito relevante na geração bruta de caixa</i>		
(+) Imposto de renda e contribuição social referentes a Participação da Companhia na SCP	426.395	567.067
EBTIDA ajustado	<u>1.174.162</u>	<u>1.636.234</u>



A variação negativa de 28% do EBITDA da Companhia, R\$ 462 milhões, decorre substancialmente de:

- (1) Redução da receita líquida do exercício de 2020;
- (2) Redução dos tributos sobre o lucro da SCP, a pagar a CBMM;
- (3) Redução das despesas gerais e administrativas, principalmente em função de eventos não recorrentes ocorridos em 2019;
- (4) Outros fatores de resultado líquidos.

Outras informações gerenciais sobre o andamento da Companhia e da sua controladora (Codemge) durante o exercício de 2020 poderão ser verificados na publicação anual do Relatório de Gestão da Codemge 2020, que será divulgado na página eletrônica da empresa (<http://www.codemig.com.br/a-codemig/relatorio-de-gestao/>).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Balço patrimonial Em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Notas	2020	2019	Passivo	Notas	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	272.190	243.549	Contas a pagar	13	391.849	541.299
Títulos e valores mobiliários	6	277.311	482.648	Tributos a recolher		86	183
Contas a receber	7	119.110	114.381	Adiantamentos e cauções recebidas	15	7.019	19.518
Dividendos a receber	10	2.843	624	Partes relacionadas	9	691	819
Impostos e contribuições a recuperar	8	1.402	2.152	Dividendos a pagar	14	225.046	53.058
Partes relacionadas	9	12.846	19.511				
Total do ativo circulante		685.702	862.865	Total do passivo circulante		624.691	614.877
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Contas a pagar	13	138.415	42.962
Títulos e valores mobiliários	6	245.950	86.031	Adiantamentos recebidos	15	175.056	194.567
Impostos e contribuições a recuperar	8	10.836	7.020	Provisão para contingências	16	52.077	41.578
Depósitos judiciais		24	24				
Partes relacionadas	9	49.540	69.050	Total do passivo não circulante		365.548	279.107
		306.350	162.125	Total passivo		990.239	893.984
Investimentos	10	268	268	Patrimônio líquido	17		
Imobilizado	11	601.766	607.823	Capital social		10.260	10.260
Intangível	12	18	19	Reserva de capital		591.170	591.170
		602.052	608.110	Reservas de lucro		2.435	137.686
Total do ativo não circulante		908.402	770.235	Total do patrimônio líquido		603.865	739.116
Total do ativo		1.594.104	1.633.100	Total do passivo e patrimônio líquido		1.594.104	1.633.100

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita líquida	18	764.610	1.104.714
Lucro bruto		<u>764.610</u>	<u>1.104.714</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(24.904)	(39.236)
Gastos com desenvolvimento	9	(177)	(238)
Resultado com participações societárias	10	2.219	1.052
Outras despesas operacionais		<u>(19)</u>	<u>(3.163)</u>
		<u>(22.881)</u>	<u>(41.585)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>741.729</u>	<u>1.063.129</u>
Receitas financeiras	20	24.042	33.963
Despesas financeiras	20	<u>(6.113)</u>	<u>(21.542)</u>
Resultado financeiro		<u>17.929</u>	<u>12.421</u>
Lucro líquido do exercício		<u>759.658</u>	<u>1.075.550</u>
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expressos em R\$ por ação)			
Lucro básico e diluído por ação	22		
Ordinárias		-	2.980,45
Preferenciais		4.415,86	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	<u>759.658</u>	<u>1.075.550</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>759.658</u></u>	<u><u>1.075.550</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2018	10.260	591.170	2.052	90.978	-	694.460
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.075.550	1.075.550
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	1.075.550	1.075.550
Outras mutações no patrimônio líquido						
Constituição de reservas	-	-	-	135.251	(135.251)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(90.595)	(940.299)	(1.030.894)
Em 31 de dezembro de 2019	10.260	591.170	2.052	135.634	-	739.116
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	759.658	759.658
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	759.658	759.658
Outras mutações no patrimônio líquido						
Distribuição de dividendos	-	-	-	(135.251)	(759.658)	(894.909)
Em 31 de dezembro de 2020	10.260	591.170	2.052	383	-	603.865

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	<u>759.658</u>	<u>1.075.550</u>
Ajuste de		
Depreciação e amortização	6.038	6.038
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos	-	1.435
Provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa	676	-
Provisão para contingências	-	459
Receitas financeiras	(14.293)	(16.015)
Despesas financeiras	5.922	21.306
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	20	-
Perda na baixa de partes relacionadas	-	3.163
Resultado de equivalência patrimonial	(2.219)	(1.052)
Variações em provisões, benefícios e incentivos	10.161	14.982
Ajustes de capital de giro		
Redução / (aumento) de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata (nota 1(b))	204.614	(323.740)
(Aumento) / redução no contas a receber	(5.405)	59.225
(Aumento) / redução dos impostos e contribuições a recuperar	(1.634)	19
Aumento de depósitos judiciais	-	(24)
Redução de créditos com partes relacionadas	26.047	921
(Redução) / aumento no contas a pagar	(46.770)	108.376
Redução dos tributos a recolher	(97)	(438)
Redução de salários e encargos sociais	-	(6)
Redução de outras contas a pagar	-	(19)
(Redução) / aumento de adiantamento de clientes	(44.405)	77.506
Redução de provisão para litígios	-	(654)
Dividendos recebidos	-	1.389
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais	<u>898.313</u>	<u>1.028.421</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aporte em títulos e valores mobiliários	(368.915)	(155.143)
Resgate de títulos e valores mobiliários	222.164	9.477
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(146.751)</u>	<u>(145.666)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(722.921)	(977.837)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(722.921)</u>	<u>(977.837)</u>
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>28.641</u>	<u>(95.082)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	243.549	338.631
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>272.190</u>	<u>243.549</u>
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>28.641</u>	<u>(95.082)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas		
Receita SCP	763.812	1.103.855
Vendas brutas com arrendamentos e locações	879	947
	<u>764.015</u>	<u>1.104.802</u>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(676)	-
	<u>764.015</u>	<u>1.104.802</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de patrocínio	-	(190)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.914)	(30.778)
Gastos com convênios	(177)	(238)
	<u>(13.091)</u>	<u>(31.206)</u>
Valor adicionado bruto	750.924	1.073.596
Depreciação e amortização	(6.038)	(6.038)
Valor adicionado líquido produzido	<u>744.886</u>	<u>1.067.558</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Participação nos lucros de coligada	2.219	1.052
Receitas financeiras	25.215	35.619
Valor adicionado total a distribuir	<u>772.320</u>	<u>1.104.229</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	(4.076)	(4.197)
Impostos, taxas e contribuições	(2.875)	(2.940)
Federais	(1.667)	(1.781)
Estaduais	(1)	(3)
Municipais	(1.207)	(1.156)
Juros e variações cambiais	(5.711)	(21.542)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(759.658)	(940.299)
Lucros retidos	-	(135.251)
Valor adicionado distribuído	<u>(772.320)</u>	<u>(1.104.229)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Companhia” ou “Codemig”) é uma entidade pública, empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Codemge”) e indiretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Governo de MG”).

Em 2018, como resultado da Lei 22.828/18 que autoriza a venda de 49% do capital da Codemig, parte relevante de seu patrimônio foi cindido para uma empresa criada no próprio ato de cisão, a Codemge. Desde então, a Codemge assumiu a primazia do papel de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, e a Codemig se restringiu a explorar sua participação no negócio de nióbio explorado em conjunto com a CBMM (vide nota 1 (b)) e outras poucas atividades derivadas do seu patrimônio residual.

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Companhia estão sendo questionadas judicialmente pela sociedade civil e pelo Ministério Público de Minas Gerais (“MPMG”) e administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). A administração da Companhia monitora de perto o andamento de tais processos.

Em outubro de 2019, foram enviados pelo Governo de Minas à ALMG três novos Projetos de Lei, dos quais dois abrangem a Codemig, o PL 1.203/19 e o PL 1.205/19. O PL 1.203/19 trata-se de projeto de lei que autoriza a privatização e outras formas de desestatização da Companhia mediante i) alienação de ações de controle acionário, ii) abertura de capital, iii) aumento de capital com renúncia ou cessão, total ou parcial de direitos de subscrição, iv) alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações, v) dissolução ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a possibilidade de alienação de ativos, vi) extinção ou cisão, vii) concessão, parceria público-privada, permissão ou autorização de serviços públicos e viii) outros institutos legais que se fizerem necessários. Tal projeto também autoriza o Estado a aplicar os recursos advindos da alienação no pagamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos estaduais.

A administração da Companhia está acompanhando as movimentações que tramitam na ALMG do projeto de lei 1.203/19. O envolvimento da Companhia no andamento do mesmo é de esclarecimento de dúvidas que por ventura o legislativo venha a apresentar.

Maiores informações sobre o PL 1.205/19 estão abrangidas na nota 1 (c).

(a) Objeto social

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Visando atingir o seu objeto social, a Codemig está autorizada a atuar de forma à: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresas privadas dos setores minero-siderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) contratar parceria público-privada, observada a legislação pertinente.

Embora tais atividades estejam descritas em seu Estatuto Social, de acordo com a lei estadual 23.477/19, a Codemig, que possui objeto similar ao da Codemig, possui prioridade na execução das atividades elencadas acima, exceto por autorização legislativa e aprovação unânime dos acionistas da Companhia.

(b) Sociedade em Conta de Participação com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

A Companhia apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

A Companhia, como “sócio participante”, reconhece 25% do resultado da SCP por equivalência patrimonial. Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Companhia, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Conforme definido em Escritura Pública, após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como a distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos da Companhia contra a CBMM, conforme sua natureza.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um relevante efeito patrimonial decorre da determinação de que a SCP distribua seus resultados sem considerar o impacto de imposto de renda e contribuição social registrados conforme a sua competência, mas sim conforme seu impacto de caixa (antecipações mensais). Dessa maneira a Codemig, usualmente, recebe da SCP mais recursos do que seu resultado contábil apurado. Conforme a Escritura Pública, a Codemig deverá devolver a parcela adicional recebida decorrente desses efeitos de tributação no momento em que a SCP é requerida a pagar os tributos sobre o lucro apurados no ajuste anual pelo lucro real (atualmente em janeiro do exercício subsequente à apuração). O saldo em aberto pode ser acompanhado na nota 13.

Como efeito da devolução de recursos recebidos da SCP que acima do seu resultado por competência - decorrentes do imposto de renda e contribuição social da SCP não antecipados - a Codemig resgatou diversas aplicações para liquidar esse saldo de contas a pagar em aberto com a CBMM. Em janeiro de 2021 foram devolvidos à CBMM R\$349.749 para quitação do IR/CS da SCP de 2020 (R\$480.674 em janeiro 2020 referente ao IR/CS de 2019) conseqüentemente reduzindo seu caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual Codemig e CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e tem prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis por outros 30.

(c) Operação do Governo de MG de cessão de direitos creditórios

Como já mencionado no item (a) dessa mesma nota, em outubro de 2019 o Governo de MG encaminhou dois Projetos de Lei à Assembleia Legislativa que abordam assuntos relativos à Codemig: o PL 1.203/19, que trata da desestatização da Codemig (mais detalhado na nota 1 (a)), e o PL 1.205/19, que dispõe sobre a cessão onerosa de direitos creditórios de titularidade do Estado de Minas Gerais em caráter definitivo oriundos da Companhia à terceiros, que por sua vez foi aprovado na forma da lei estadual 23.477/2019. As possibilidades de crédito advindos da Codemig enumeradas pela lei foram dividendos e juros sobre capital próprio devidos ao Estado de Minas Gerais, em decorrência de sua posição de titular de 49% do capital social na Companhia. A lei limitou o prazo de cessão dos direitos creditórios até 31 de dezembro de 2032 e isenta o Estado de Minas Gerais de qualquer responsabilidade ou coobrigação pela solvência dos direitos creditórios a serem cedidos ou dos devedores de tais direitos. Ainda é importante salientar que a lei determinou que o quadro societário da Codemig não poderá alterar, até 31 de dezembro de 2032, mantendo a participação do Estado em 49% e da Codemig de 51%, bem como a manutenção dos fluxos de recursos oriundos dos direitos creditórios na mesma proporção da participação societária. Além disso, reforçando o ato de cessão ocorrido em 2018, essa mesma lei determinou que a Codemig tem prioridade na assunção das atividades de desenvolvimento econômico em detrimento da Codemig, uma vez que ambas possuem o mesmo objeto social, e que a Codemig somente poderá executar atividades fora do negócio de nióbio com aprovação legislativa e com a anuência de ambos os sócios.

Depois de avaliar as alternativas de captação de recursos, o Estado de Minas Gerais optou por estruturação mediante oferta de cotas de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado - FIDC-NP, a qual será o detentor de direitos creditórios representados pelos dividendos e juros sobre capital próprio aos quais o Estado de Minas Gerais faz jus pelas ações preferenciais que detém da Companhia (49% do total de ações preferenciais).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desta forma, transferido o direito de receber o valor correspondente a tais dividendos, a Codemig passará a ser devedora em relação aos dividendos de tais ações preferenciais não mais ao Estado de Minas Gerais (cedente), mas ao FIDC-NP (cessionário).

A inclusão da Codemig como anuente nesse futuro Contrato de Cessão de Direitos Creditórios é necessária para garantir ao mercado que os dividendos serão pagos ao investidor. Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, a operação não havia sido concluída pelo Estado de Minas Gerais.

Conversão de ações ordinárias em preferenciais para a melhor segregação do direito creditório

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em janeiro de 2020 foram convertidas o montante de 180.433 ações ordinárias da Companhia em ações preferenciais, dentro do limite de 50% do total de ações da Companhia, nos termos do art. 15, §2º, da Lei 6.404/76, divididas entre os acionistas na proporção de sua participação, perfazendo a conversão de 92.021 ações ordinárias para preferenciais da acionista Codemig e 88.412 do acionista Estado de Minas Gerais.

As ações preferenciais convertidas são nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto, exceto quanto às seguintes matérias: (i) transformação, incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão da Companhia; (ii) mudança do objeto social da Companhia; (iii) aprovação e revisão da política de distribuição de dividendos da Companhia, desde que respeitado o direito ao dividendo prioritário atribuído aos detentores de ações preferenciais na forma prevista neste estatuto social; (iv) mudança no modo de distribuição de dividendos previsto no estatuto social da Companhia, desde que respeitado o direito ao dividendo prioritário atribuído aos detentores de ações preferenciais na forma prevista no estatuto social; e (v) qualquer alteração do estatuto social que afete os direitos de voto previstos nos itens acima mencionados.

Tais ações remuneram dividendo preferencial fixo no montante de 25% do resultado contábil apurado pela SCP, da qual a CBMM é sócia junto à Companhia. Ou seja, atualmente os dividendos preferenciais tem direito à 100% do resultado da SCP correspondente à participação da Codemig e possui prioridade de pagamento, se comparado ao dividendo das ações ordinárias.

Após tais alterações, os dividendos vinculados às ações ordinárias mantiveram o percentual de 70% como dividendo obrigatório, mas teve alterada sua base de cálculo, sendo ela agora o lucro líquido do exercício após as deduções legais e o pagamento do dividendo prioritário aos detentores de ações preferenciais.

(d) Covid-19

A Companhia identificou um impacto negativo no resultado da SCP derivado da queda das receitas da SCP e de efeitos cambiais. No exercício de 2020, a forte desvalorização da moeda real incrementou as receitas precificadas com base em moeda estrangeira na proporção do aumento do valor do câmbio, ao mesmo tempo que trouxe ao resultado da SCP despesas cambiais relevantes que reduziram em 22% seu resultado até 31 de dezembro de 2020. Além disso, embora incrementadas pela desvalorização da moeda brasileira, as receitas da SCP se depreciaram em 19% no exercício de 2020 comparativamente às receitas do exercício anterior.

A administração permanece vigilante e observando os gatilhos que possam vir a gerar impactos em seus fluxos e resultados. Em decorrência de sua sólida situação financeira e pela qualidade de seus ativos, a

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

administração não identificou risco de continuidade ou indícios de *impairment* até 31 de dezembro de 2020.

(e) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras da Codemig, foi aprovada pela administração da Companhia em 30 de março de 2021.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras, aqui apresentadas, foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Dessa forma evidenciam todas as informações relevantes, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.4.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas 2.5 e 2.6.

A administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem a Companhia considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais. Logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício comparativo apresentado.

(a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e IAS 8/CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”
- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 “Combinação de Negócios”
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
- Benefícios Relacionados à pandemia de covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) “Arrendamentos”

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

2.2. Investimento

(a) Coligada

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável, que por sua vez não foi identificada para os exercícios aqui apresentados.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Nos exercícios apresentados a Companhia detinha participação no seguinte investimento:

Coligada	Principal atividade	% participação	
		2020	2019
COMIPA - Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51	51

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.4 Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e risco insignificante de mudança de valor. A Companhia entende que podem ser considerados investimentos com conversibilidade imediata aqueles possuem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

(b) Ativos e passivos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(ii) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, VJORA ou VJR.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(iii) Redução ao valor recuperável

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9 / CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando opinião de empresas especializadas sobre as áreas de atuação da Companhia, dados históricos e avaliação do desempenho financeiro de clientes, principalmente a SCP. Considerando a CBMM como seu principal cliente, ressalta-se que tal avaliação não registrou qualquer saldo de perdas esperadas do contas a receber junto a CBMM. Para outros clientes foi registrado um *impairment* de R\$ 676 no exercício de 2020. Outros detalhes sobre o cálculo das estimativas estão na nota 2.6 (b) e na nota 7.

No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do IFRS 9 / CPC 48, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial.

(c) Depósito judicial

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura. Atualmente a Companhia possui depósitos judiciais decorrentes do andamento processual de bloqueios judiciais de suas contas bancárias vinculados à processos anteriores a cisão. Caso a contingência venha a se materializar e a Companhia perca o montante depositado, o Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre Codemig e Codemge será acionado para a Codemge assumir o ônus do processo.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis da Companhia se resumem aos lucros da Sociedade em Conta de Participação e aos reembolsos de despesas da Codemig com o Centro Cultural Presidente Itamar Franco acordados na cessão não onerosa da Sala Minas Gerais realizada para o Instituto Cultural Filarmônica.

(e) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis quando aplicável, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos conforme a seguir apresentado:

Prédios e benfeitorias	78 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política da Companhia, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil está é ajustada de forma prospectiva. Não houve alteração da vida útil para o exercício de 2020.

(f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Após avaliação pela administração, não foram identificados intangíveis com vida útil indefinida no patrimônio da Companhia.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(g) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política da Companhia, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna da Companhia, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

(h) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia: (i) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;
- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

(i) Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Companhia e a CBMM, quando o direito da Companhia de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 18.

(j) Tributos sobre a renda

(i) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

(ii) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributo diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

A Companhia, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de sucessivos prejuízos fiscais, entende que existem riscos relevantes de não materialização de um cenário de reversão da situação fiscal no curto prazo, de maneira que a administração não acredita que esse cenário se concretize. Por consequência, o ativo gerado de tal benefício fiscal não se encontra apresentado em suas demonstrações.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

(k) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.5 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstrados a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, apurada através de laudos emitidos por empresas contratadas ou por especialistas, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

2.6 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

(a) Tributos diferidos

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020, após apurar novo prejuízo fiscal, a Codemig conta com um prejuízo fiscal de R\$ 632.495 (R\$ 627.396 em 31 de dezembro de 2019) e base negativa acumulada de R\$ 638.963 (R\$ 633.864 em 31 de dezembro de 2019). Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% do prejuízo fiscal acumulado na data do reconhecimento, limitado a 30% dos lucros fiscais esperados, conforme regra do benefício fiscal vigente.

Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia. No julgamento da administração, avaliando suas despesas tributáveis atuais, foram identificados riscos que não garantem uma expectativa de lucros tributáveis futuros.

(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico de 48 anos do contrato de SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e conseqüentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de *impairment* devesse apresentar uma perda estimada nos termos do IFRS 9 / CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco elevado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, a Companhia está exposta a riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez e risco de crédito (concentração).

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2020				
Contas a pagar	391.849	48.474	68.581	21.360
Adiantamentos recebidos	7.019	12.385	111.005	51.666
Dividendos a pagar	225.046	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019				
Contas a pagar	541.299	18.437	24.525	-
Adiantamentos recebidos	19.518	19.511	97.557	77.499
Dividendos a pagar	53.058	-	-	-

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos da Companhia é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber derivados dessa operação desde a constituição da Companhia.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações é de liquidez diária e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, no julgamento da administração da Companhia, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação da Companhia considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco, tendo em vista o perfil de investimento conservador da Companhia e sua necessidade de liquidez.

A qualidade do crédito das aplicações financeiras e das contas correntes classificadas como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, conforme a seguir:

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Depósitos bancários em contas correntes (Standard & Poor's)		
brAAA	1.241	553
(Fitch Ratings)		
AA(bra)	171	147
A-(bra)	12	-
Caixa	2	150
Total caixa e banco conta movimento	1.426	850
Aplicações financeiras (Standard & Poor's)		
brAAA	167.382	172.183
brAA+	88.259	-
brAA-	6	28.279
brBBB+	15.117	14.686
(Fitch Ratings)		
A-(bra)	-	20.945
BBB+(bra)	-	4.391
Demais aplicações (i)	-	2.215
Total certificados de depósitos bancários	270.764	242.699
Caixa e equivalentes de caixa - TOTAL	272.190	243.549
Títulos e valores mobiliários (Standard & Poor's)		
brAAA	345.500	359.605
brAA+	59.924	91.200
brAA-	-	15.464
brBBB+	20.097	20.248
(Fitch Ratings)		
AAA(bra)	49.349	26.184
AA(bra)	4.970	35.367
AA-(bra)	31.059	10.586
A-(bra)	12.362	10.025
Títulos e valores mobiliários - TOTAL	523.261	568.679
TOTAL	795.451	812.228

- i. Refere-se ao CDB do Banco Semear, que não é avaliado por nenhuma das três agências internacionais de rating.

(c) Risco cambial

A Companhia não possui operações, ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposta ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e seus impactos de câmbio impactam a Companhia eventualmente através do reconhecimento da equivalência patrimonial. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o efeito de variação cambial não realizado.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. A taxa básica de juros, em 31 de dezembro de 2020 era de 2%. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% dessa taxa. Na taxa atual do IPCA, utilizamos o IPCA acumulado de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados nos próximos 12 meses, dos investimentos indexados ao CDI e ao IPCA, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

	<u>Saldo contábil</u>	<u>Nacional</u>	<u>Taxa / cotação atual</u>	<u>Taxa/ cotação esperada</u>
Ativo				
Indexador CDI				
Aplicações financeiras	563.971	563.971	2,00%	2,64%
Letras financeiras	209.999	209.999	2,00%	2,64%
Debêntures	4.969	4.969	2,00%	2,64%
Indexador IPCA				
Aplicações financeiras	4.213	4.213	4,52%	3,53%
Debêntures	10.873	10.873	4,52%	3,53%

	<u>Cenários</u>				
	<u>Provável</u>	<u>+25%</u>	<u>+50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
CDI					
Aplicações financeiras	14.889	18.611	22.333	11.167	7.444
Letras financeiras	5.544	6.930	8.316	4.158	2.772
Debêntures	131	164	197	98	66
IPCA					
Aplicações financeiras	149	186	223	111	74
Debêntures	383	479	575	287	192

3.1. Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Assim, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo foram classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo foram observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. Atualmente a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Abaixo os instrumentos financeiros mensurados a valor justo pela categoria nível 2:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	196.422	398.719
Total do ativo	<u>196.422</u>	<u>398.719</u>

- informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Atualmente a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.

4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativos		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	270.764	242.699
Títulos e valores mobiliários	326.839	169.960
Contas a receber	119.110	114.381
Dividendos a receber	2.843	624
Contas a receber com partes relacionadas	62.386	88.561
	<u>781.942</u>	<u>616.225</u>
VJR		
Títulos e valores mobiliários	196.422	398.719
	<u>196.422</u>	<u>398.719</u>
Total de instrumentos financeiros ativos	<u>978.364</u>	<u>1.014.944</u>
Passivos		
Custo amortizado		
Contas a pagar	530.264	584.261
Dividendos a pagar	225.046	53.058
Contas a pagar com partes relacionadas	691	819
Adiantamentos e cauções recebidas	182.075	214.086
	<u>938.076</u>	<u>852.224</u>
Total de instrumentos financeiros passivos	<u>938.076</u>	<u>852.224</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos conta movimento	1.426	850
Certificados de depósitos bancários – CDB	270.764	242.699
	<u>272.190</u>	<u>243.549</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os CDBs da Companhia possuem remuneração média de 95,28% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na data base destas demonstrações financeiras (101,56% em 31 de dezembro de 2019).

6 Títulos e valores mobiliários

	2020	2019
Aplicações financeiras em CDB (i)	88.636	114.410
Fundos de investimento (ii)	196.422	398.719
Letras financeiras (iii)	209.999	39.931
Debêntures (iv)	15.842	15.619
DPGE (v)	12.362	-
	<u>523.261</u>	<u>568.679</u>
Circulante	277.311	482.648
Não circulante	<u>245.950</u>	<u>86.031</u>
	<u>523.261</u>	<u>568.679</u>

- (i) Aplicações financeiras em CDB, que não possuem liquidez diária, com carência de 3 a 20 meses e remuneração média de 123,99% da taxa DI em 31 de dezembro 2020 (105,84% em 31 de dezembro de 2019). A gestão de caixa da Companhia busca compatibilizar a sua necessidade de liquidez e as oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.
- (ii) Os fundos de investimento da Companhia se constituem como parte de seus recursos disponíveis para tesouraria. Os fundos que a Companhia aplica seus recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A rentabilidade média acumulada dos últimos 12 meses obtida pelos fundos aplicados pela Companhia foi de 87,18% do CDI em 31 de dezembro de 2020 e para os fundos presentes na carteira da Companhia em 31 de dezembro de 2019 a rentabilidade foi de 103,56% do CDI.
- (iii) As Letras Financeiras aplicadas pela companhia são remuneradas da seguinte maneira:

	Intervalo de remuneração		Saldos aplicados em	
	2020	2019	2020	2019
CDI	105,8% e 162%	105,8% e 125%	93.273	35.899
CDI +	CDI+0,60 e CDI+1,80	CDI+0,60	50.164	4.032
Pré-fixado	3,94% e 7,92%	-	66.562	-
			<u>209.999</u>	<u>39.931</u>

- (iv) Foram aplicados R\$ 15.438 em debêntures da Copasa e Cemig em novembro de 2019 no mercado secundário com vencimento em julho de 2023 e fevereiro de 2025, respectivamente. Desse valor principal, R\$ 482 foram resgatados para complementar os juros da debenture, R\$ 111 da Copasa e R\$ 371 da Cemig, já que ainda não tinham completado o período, semestral e anual, no momento do resgate dos juros. As debêntures da Copasa (CSMGB3) pagam juros (117% DI) semestralmente, sempre em janeiro e julho, e começarão a amortizar o principal em janeiro de 2022. Já as debêntures da CEMIG (CMDT 33) pagam juros (IPCA+3,1%) anualmente, sempre em fevereiro, e começarão a amortizar o principal em fevereiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía juros acumulados em R\$ 80 na Copasa (R\$ 33 em 31 de dezembro de 2019), sendo que R\$ 49 serão recebidos em janeiro de

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2021, e por isso, estão apresentados no ativo circulante, e o restante serão recebidos no vencimento, e por isso, estão apresentados no longo prazo. Além disso, também possui juros acumulados em R\$ 806 na Cemig (R\$ 148 em 31 de dezembro de 2019) sendo que R\$ 437 serão recebidos em fevereiro de 2021, e por isso, também estão apresentados no ativo circulante, e o restante serão recebidos no vencimento, e por isso, estão apresentados no ativo não circulante.

- (v) As aplicações em Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE foram no montante de R\$ 12.000, sendo três aplicações de R\$ 4.000 com carência para abril de 2022 e remunerações de CDI+0,75%, IPCA+3,17% e 120% do CDI.

7 Contas a receber

As contas a receber da Companhia correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 30 dias à data de apresentação desta demonstração financeira. Considerando o recebimento mensal dos resultados da SCP, o saldo do contas a receber, se comparado com o exercício anterior, pode apresentar oscilações sem correlação à comparação das receitas entre os exercícios divulgados, uma vez que as bases temporais não são correlatas.

Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Sociedade em Conta de Participação:</u>		
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	119.110	114.365
<u>Outros contas a receber:</u>		
Arrendamentos e recebíveis operacionais	676	16
Demais contas	<u>657</u>	<u>657</u>
	<u>120.443</u>	<u>115.038</u>
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.333)</u>	<u>(657)</u>
	<u>119.110</u>	<u>114.381</u>
A composição destes saldos por vencimento é como segue:		
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer	119.195	114.381
Vencidos:		
Até 30 dias	84	-
Entre 30 e 60 dias	79	-
Entre 60 e 90 dias	428	-
Há mais de 180 dias	<u>657</u>	<u>657</u>
	<u>120.443</u>	<u>115.038</u>

O montante apresentado no saldo de contas a receber está relacionado substancialmente à participação da Companhia na SCP com a CBMM, que não apresenta qualquer histórico ou perspectiva de inadimplência ou perda.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício de 2020 foi constituída perda estimada por créditos de liquidação duvidosa referente aos valores a receber do Instituto Cultural Filarmônica. O contrato com o cliente é de permissão de uso, indissociável ao Contrato de Gestão nº06/20 da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, de forma não onerosa. Porém este mesmo contrato determina que as despesas pagas pela Codemig devem ser reembolsadas pelo permissionário.

A movimentação das perdas estimadas de contas a receber está apresentada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	(657)	(657)
Constituição	(676)	-
Saldo final	<u>(1.333)</u>	<u>(657)</u>

8 Impostos e contribuições a recuperar

Corresponde substancialmente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras da Companhia de 2020 e anos anteriores e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Os valores retidos são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação e pela restituição por parte da RFB.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de renda	11.989	8.931
Contribuição social	102	95
Outros impostos e contribuições a recuperar	147	146
	<u>12.238</u>	<u>9.172</u>
Circulante	1.402	2.152
Não circulante	10.836	7.020
	<u>12.238</u>	<u>9.172</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Partes relacionadas

(a) Composição

Os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Grupo econômico								
CODEMGE								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber	5.827	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar (i)	-	-	691	819	-	-	(4.076)	(4.076)
Adiantamentos recebidos (nota 15)(ii)	7.019	19.511	-	-	-	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Adiantamentos recebidos (nota 15)(ii)	49.540	69.050	-	-	-	-	-	-
Estado de MG								
<i>Circulante</i>								
Baixa de reembolso dos gastos IPO	-	-	-	-	-	-	-	(3.163)
COMIPA								
<i>Circulante</i>								
Receitas arrendamento	-	-	-	-	4	4	-	-
MGS								
<i>Circulante</i>								
Serviços de apoio	-	-	-	-	-	-	(1.927)	(2.048)
Outros								
CBMM								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber / receita (notas 7 e 18)	119.110	114.365	-	-	1.297.630	1.670.051	-	-
Contas a pagar (nota 1(b) e 13)	-	-	391.848	541.283	(533.818)	(566.196)	-	-
Adiantamentos recebidos (nota 15)	-	-	7.019	19.511	-	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Contas a pagar (nota 13)	-	-	138.415	42.962	-	-	-	-
Adiantamentos recebidos (nota 15)	-	-	175.056	194.567	-	-	-	-
Convênios (nota 1(a))								
Gastos com convênios (b)	-	-	-	-	-	-	(177)	(238)

- (i) Refere-se, substancialmente ao contrato de compartilhamento de custos. Além destas, existem receitas e despesas de operações da Codemge que, embora tenha ocorrido a Cisão, ainda têm sido recebidas pela Codemig, ou vice-versa, e deverão ser ressarcidas pela parte da qual essa despesa se refere.
- (ii) Foi estabelecido nos atos societários da cisão, mencionada na nota 1 (c), que o passivo de adiantamento de SCP naquela data seria vertido para Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento, sendo que destas transações ainda restam R\$ 49.539 e R\$ 7.019 a vincular, respectivamente. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1 (b)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo. Cabe ressaltar que a Codemig participou de novas operações de antecipação de receitas, nas quais a Codemge não possui qualquer obrigação de ressarcimento. Para outras informações sobre o adiantamento de lucros, vide nota 15.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Gastos com convênios

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, e nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado. Devido à cisão parcial mencionada na nota 1 (c), houve transferência integral das obrigações legais e contratuais dos contratos de convênios para a Codemge, de modo que atualmente a Codemig só participa de um convênio com a Polícia Militar de Minas Gerais de prestação de serviços para a segurança do seu imóvel no bairro Olhos D'Água em Belo Horizonte.

(c) Concessão de direito de uso de imóveis a partes relacionadas

Conforme descrito na nota 11, a Companhia possui imóveis cedidos em comodato não oneroso a partes relacionadas (Codemge, empresas e entidades do Estado de Minas Gerais).

(d) Remuneração da administração

A administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a Codemge, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Considerando que a administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos seus membros que participam da administração da Codemge abriram mão de seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemge durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$6.261 e estão contabilizadas na Codemge (R\$5.948 em 31 de dezembro de 2019) e são cobradas da Companhia via Contrato de Compartilhamento de Despesas assinado entre Codemig e Codemge.

10 Participações societárias

A Companhia mantém um investimento em participação societária na Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – Comipa. Esse investimento tem a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa, a Companhia entende que a CBMM é a sócia com capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida, uma vez que detém poder e controle sobre esta sendo assim considerada a sua controladora, em conformidade com as definições de controle do IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

<u>Investimento</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
COMIPA	<u>268</u>	<u>268</u>
	<u>268</u>	<u>268</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição e movimentação do investimento em participação societária:

Investimento	Saldo em 31/12/2019	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2020
COMIPA	268	2.219	(2.219)	268
	<u>268</u>	<u>2.219</u>	<u>(2.219)</u>	<u>268</u>

Investimento	Saldo em 31/12/2018	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2019
COMIPA	268	1.052	(1.052)	268
	<u>268</u>	<u>1.052</u>	<u>(1.052)</u>	<u>268</u>

Resumo dos saldos da investida em 31 de dezembro de 2020:

Investimento	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
COMIPA	17.313	2.851	13.647	5.991	526

Investimento	Receita Líquida	Lucro do exercício	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
COMIPA	83.379	2.254	-	2.254

Abertura dos dividendos a receber:

Investimento	2020	2019
COMIPA	2.843	624
	<u>2.843</u>	<u>624</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado

O imobilizado da Companhia apresentou a seguinte movimentação:

	<u>Terrenos</u>	<u>Prédios e benfeitorias</u>	<u>Equipamentos operacionais</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2018				
Custo	339.791	256.787	22.678	619.256
Depreciação acumulada	-	(3.504)	(456)	(3.960)
Saldo contábil, líquido	<u>339.791</u>	<u>253.283</u>	<u>22.222</u>	<u>615.296</u>
Depreciação - adições	-	(3.313)	(2.725)	(6.038)
Impairment	(1.435)	-	-	(1.435)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>338.356</u>	<u>249.970</u>	<u>19.497</u>	<u>607.823</u>
Custo	339.791	256.787	22.678	619.256
Depreciação acumulada	-	(6.817)	(3.181)	(9.998)
Impairment	(1.435)	-	-	(1.435)
Saldo contábil, líquido	<u>338.356</u>	<u>249.970</u>	<u>19.497</u>	<u>607.823</u>
Baixas	-	-	(22)	(22)
Depreciação - adições	-	(3.314)	(2.723)	(6.037)
Depreciação - baixas	-	-	2	2
Em 31 de dezembro de 2020	<u>338.356</u>	<u>246.656</u>	<u>16.754</u>	<u>601.766</u>
Custo	339.791	256.787	22.656	619.234
Depreciação acumulada	-	(10.131)	(5.902)	(16.033)
Impairment	(1.435)	-	-	(1.435)
Saldo contábil, líquido	<u>338.356</u>	<u>246.656</u>	<u>16.754</u>	<u>601.766</u>

O Centro Cultural Presidente Itamar Franco está parcialmente cedido em comodato não oneroso às partes relacionadas (Codemge e entidades controladas do Estado de Minas Gerais). O valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020 da parte cedida em comodato não oneroso é de R\$ 431.194 (R\$ 74.914 em 31 de dezembro de 2019) e gerou uma despesa de depreciação até 31 de dezembro de 2020 de R\$ 5.998 (R\$ 993 em 31 de dezembro de 2019). Em 2020 foi assinado contrato entre a Secretaria de Estado Cultura e Turismo de Minas Gerais e o Instituto Cultural Filarmônica com o objetivo de estabelecer vínculo de cooperação entre as partes para realização da gestão operacional da Sala Minas Gerais, parte integrante do empreendimento, e nos mesmos moldes de cessão em comodato não oneroso à referida Secretaria. A situação de ambos ativos está condizente com o objeto social da Companhia (nota 1(a)), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

A Companhia é autora do processo de reintegração de posse da parcela de terreno de Olhos D'Água, equivalente a 28.500 m² e, no julgamento de seus advogados, são remotas as chances de perdas nesse processo. Além disso, após avaliação do seu valor justo foi constituída a perda por redução ao valor recuperável desse terreno registrada ao fim de 2019 por R\$ 1.435. Não houve motivação para reavaliação do valor justo em 2020, logo não houve reconhecimento de perda adicional neste exercício.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Intangível

O intangível da Companhia apresentou a seguinte movimentação:

	Marcas e patentes	Direitos de lavra e jazidas	Total
Em 31 de dezembro de 2018			
Custo	6	13	19
Saldo contábil, líquido	<u>6</u>	<u>13</u>	<u>19</u>
Em 31 de dezembro de 2019			
Custo	6	13	19
Saldo contábil, líquido	<u>6</u>	<u>13</u>	<u>19</u>
Depreciação - adições	-	(1)	(1)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>6</u>	<u>12</u>	<u>18</u>
Custo	6	13	19
Depreciação acumulada	-	(1)	(1)
Saldo contábil, líquido	<u>6</u>	<u>12</u>	<u>18</u>

13 Contas a pagar

A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data base dessas demonstrações são reconhecidos pela Companhia como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM, quando da exigibilidade dos débitos. Uma menor parte são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (i)	358.408	493.161
Valores a pagar SCP (ii)	13.314	35.742
Valores a ressarcir a SCP (iii)	158.541	55.342
Fornecedores nacionais	1	16
	<u>530.264</u>	<u>584.261</u>
Circulante	391.849	541.299
Não circulante	<u>138.415</u>	<u>42.962</u>
	<u>530.264</u>	<u>584.261</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre sempre em janeiro do exercício subsequente, quando da apuração do lucro real da SCP e de sua quitação pela CBMM junto à Fazenda Federal.
- (ii) O lucro líquido da SCP com a CBMM é apurado no regime de competência e apresenta ajustes de caixa para sua efetiva distribuição mensal, conforme disposições de sua Escritura Pública de constituição. Isto posto, os valores ajustados na sua distribuição, como provisões registradas no lucro líquido da SCP, são registrados nas contas a pagar da Companhia, tendo em vista a expectativa de sua liquidação e consequente compensação nos resultados futuros da SCP.
- (iii) Com base em interpretação da Escritura Pública, foi acordado entre os sócios da SCP, através do 8º Termo de Acordo, que a Codemig deve participar dos custos financeiros de todas as operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP, na proporção de 25% conforme a Escritura Pública. Contudo, considerando o efeito exclusivamente econômico do seu registro na competência, foi acordado que as variações cambiais somente serão descontadas ou incrementadas nos recebíveis mensais decorrentes da participação da Codemig na SCP na data da vinculação dos cambiais à entrega da mercadoria ao mercado na moeda transacionada. Sendo assim, a Codemig para refletir o passivo ou ativo gerado dessa obrigação ou direito criado pelo acordo passou a registrar o ativo ou passivo derivado de sua participação nas variações cambiais dessas operações em seu balanço e os realiza no momento em que a dívida for amortizada pela CBMM, quando a variação cambial final da operação será deduzida ou incrementada na distribuição mensal de sua participação na SCP.

14 Dividendos a pagar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Dividendos a pagar ao Estado de Minas Geais	110.273	25.998
Dividendos a pagar à CODEMGE	<u>114.773</u>	<u>27.060</u>
	<u>225.046</u>	<u>53.058</u>

15 Adiantamentos recebidos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósito garantia	-	7
Adiantamento dos lucros da SCP	<u>182.075</u>	<u>214.078</u>
	<u>182.075</u>	<u>214.085</u>
Circulante	7.019	19.518
Não circulante	<u>175.056</u>	<u>194.567</u>
	<u>182.075</u>	<u>214.085</u>

A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em receber adiantamentos de seus lucros, atrelados à realização de operações de pré-pagamento de exportação da SCP. Dos adiantamentos em aberto, R\$49.539 foram recebidos em 2015, R\$7.019 em 2016, R\$48.017 em 2018 e R\$77.500 em 2019 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2021 e 2027. Os adiantamentos são realizados em reais – moeda da Escritura Pública – e são

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cobrados no momento em que a SCP vincula o título de exportação, na moeda da operação, aos cambiais antecipados. Sua cobrança é por meio de redução na distribuição dos resultados da SCP e ocorre pelo valor nominal adiantado, em reais e sem qualquer ajuste ou efeito de carregamento.

Abertura dos adiantamentos por ano de vencimento:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Por ano de vencimento		
2020	-	19.518
2021	7.019	19.511
2022	12.385	12.385
2023	56.362	56.362
2024	28.810	28.810
2025	25.833	25.833
2026	25.833	25.833
2027	25.833	25.833
	<u>182.075</u>	<u>214.085</u>

16 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As provisões para contingências contabilizados em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contingências cível	32.101	26.596
Contingências tributárias	19.976	14.982
	<u>52.077</u>	<u>41.578</u>

Maior parte da contingência cível, R\$ 32.101 (R\$ 26.596 em 31 de dezembro de 2019), decorre da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da indenização com a solução de uma disputa judicial, que identificará quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Companhia. Pela indefinição do real devedor e sua consequente inexigibilidade até a data de conclusão do processo, com o seu consecutivo trânsito em julgado, a Companhia considera tal indenização como uma contingência e a atualiza monetariamente.

Já a contingência tributária refere-se à provisão de tributos envolvendo os ativos da Companhia. Em razão de impedimentos regulamentares, a Companhia não consegue liquida-los e portanto decidiu por provisionar tais tributos antes mesmo de ser cobrado pelas autoridades fiscais.

Exceto pelas provisões mencionadas acima, todos os processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemig, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Devido aos efeitos da cisão e do Termo de Indenização e Outras Avenças, a administração considera que, embora a Companhia esteja envolvida em processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios anteriores à cisão, na data base dessas demonstrações financeiras há R\$ 94 em causas com probabilidade de desembolso futuro possível na Codemig (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2019).

Conforme já mencionado, exceto pela contingência cível provisionada à época pela Companhia, todos os demais processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemig, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como prováveis e como possíveis restando somente aqueles processos que envolviam os ativos que se mantiveram na Companhia após a cisão.

Ações relevantes avaliadas com perda remota

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Companhia está sendo questionada judicialmente pela sociedade civil e pelo MPMG e administrativamente pelo MPC junto ao TCE-MG. O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). A administração da Companhia monitora de perto o andamento de tais processos.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 10.260 (R\$ 10.260 em 31 de dezembro de 2019). Em janeiro de 2020 houve a conversão de 180.433 ações ordinárias da Companhia em ações preferenciais, conforme mencionado na nota 1 (c). Assim o capital social da Companhia passou a ser representado por 180.435 ações ordinárias e 180.433 ações preferenciais, sendo que a Codemig passou a deter 92.022 ações ordinárias e 92.021 ações preferenciais, enquanto que o acionista Estado de Minas Gerais passou a deter 88.413 ações ordinárias e 88.412 ações preferenciais.

(b) Capital autorizado

Conforme seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

(c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2020 a reserva de capital é de R\$591.170 (R\$591.170 em 31 de dezembro de 2019) e foi constituída integralmente por ágio na emissão de ações, na qual parte do preço da emissão das ações – que não tem valor nominal – ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reservas de lucro

Reserva legal

A constituição da reserva legal será realizada por meio da aplicação do percentual de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação e, conforme disposições legais, não excederá 20% do capital social. Ainda conforme a lei, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2020 a reserva legal da Companhia permanece no limite legal, e possui saldo de R\$ 2.052 (R\$ 2.052 em 31 de dezembro de 2019).

(e) Dividendos prioritários

Em janeiro de 2020 os acionistas da Companhia alteraram a forma de distribuição de dividendos intercalares, por meio da realização de uma Assembleia Geral Extraordinária. Foram alterados os § 4º e 5º do art. 7º e do art. 10º do Estatuto Social, em que os dividendos preferenciais fixos deverão ser pagos às ações preferenciais no montante equivalente a 25% do resultado contábil apurado pela Sociedade em Conta de Participação com a CBMM, mediante deliberação da diretoria, sempre limitado ao montante de lucro distribuível apurado nos termos da legislação aplicável. A nova política de dividendos estabelece que é assegurado às ações preferenciais o recebimento de dividendos prioritários, que, quando devidos, devem ser pagos em periodicidade mensal como dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da Diretoria.

Ainda em janeiro de 2020, a diretoria aprovou, mediante a utilização de saldos registrados em Reserva de Lucros, a distribuição de dividendos adicionais de R\$ 133.003 relativos ao exercício de 2019, enquanto em abril os acionistas, em AGOE, deliberaram pela distribuição do saldo residual do lucro não distribuído de R\$ 2.248, totalizando R\$ 135.251 e distribuindo, dessa maneira, 100% do resultado de 2019. Os dividendos preferenciais intercalares referentes ao resultado de 2020 apurado até o mês outubro foram mensurados em R\$ 534.611, deliberados pela diretoria e se encontravam quitados na data base dessas demonstrações. Informações sobre os dividendos deliberados e pagos em 2021 presentes na nota 23 de eventos subsequentes.

	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	759.658
Reserva legal (5%)	-
Lucro Líquido disponível para dividendos	759.658
Resultado da sociedade em conta de participação do exercício (SCP) (25%)	763.812
Base para dividendos fixos preferenciais (Receita da SCP limitada ao lucro líquido)	759.658
Reserva de lucros distribuída às ações preferenciais	135.251
Dividendos fixos preferenciais deliberados	<u>759.658</u>
Total dos dividendos prioritários	<u>894.909</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Dividendos ordinários

Pela nova política de dividendos, ficou assegurado ainda o pagamento do dividendo obrigatório mínimo de 70% do lucro líquido do exercício após as deduções legais e o pagamento do dividendo prioritário pago aos acionistas detentores das ações preferenciais. Não houve lucro disponível para o pagamento de dividendos aos detentores das ações ordinárias em 2020.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	759.658	1.075.550
Reserva legal (5%)	-	-
Dividendos prioritários distribuídos aos acionistas preferenciais	<u>(759.658)</u>	<u>-</u>
Base para dividendos	-	1.075.550
Percentual estatutário de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro	70%	70%
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	-	752.885
Dividendos distribuídos, excedentes ao mínimo	-	187.414
Reserva de lucros distribuída às ações ordinárias	<u>-</u>	<u>90.595</u>
Total de dividendos distribuídos	<u><u>-</u></u>	<u><u>1.030.894</u></u>

18 Receita

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita – SCP	763.812	1.103.855
Receita com arrendamentos e locações	<u>879</u>	<u>947</u>
Receita bruta	<u>764.691</u>	<u>1.104.802</u>
Impostos	<u>(81)</u>	<u>(88)</u>
Receita líquida	<u><u>764.610</u></u>	<u><u>1.104.714</u></u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado da SCP		
Receita bruta de vendas	7.042.612	8.760.355
Devoluções, deduções de receita de vendas e ajustes de preço	<u>(67.186)</u>	<u>(139.487)</u>
Receita líquida de vendas	<u>6.975.426</u>	<u>8.620.868</u>
Custo de vendas	<u>(1.137.948)</u>	<u>(1.473.997)</u>
Margem bruta nas vendas	<u>5.837.478</u>	<u>7.146.871</u>
Despesas estruturais	(1.436.044)	(619.109)
Outras receitas operacionais	<u>57.092</u>	<u>47.276</u>
Lucro operacional	<u>4.458.526</u>	<u>6.575.038</u>
Resultado de cláusulas contratuais da SCP	<u>731.995</u>	<u>105.165</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP	<u>5.190.521</u>	<u>6.680.203</u>
Participação de 25% da Companhia	1.297.630	1.670.051
Variação cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM	(103.199)	(6.018)
Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (i)	(349.749)	(480.674)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações a pagar (i)	(8.659)	(12.487)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações mensais	(67.987)	(73.906)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.168)	6.889
Devolução IR/CS pago a maior referente ao exercício anterior	<u>944</u>	<u>-</u>
Receita - SCP	<u>763.812</u>	<u>1.103.855</u>

- (i) Considerando que a Companhia recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 e 13).

19 Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com pessoal (i)	(4.094)	(4.209)
Encargos sociais (i)	-	(24)
Serviços de terceiros	(7.895)	(11.197)
Depreciação e amortização	(6.038)	(6.038)
Despesas tributárias	(1.207)	(1.161)
Perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(676)	-
Provisão contingências tributárias	(4.994)	(14.982)
Provisão para adequação valor recuperável	-	(1.435)
Patrocínio	<u>-</u>	<u>(190)</u>
	<u>(24.904)</u>	<u>(39.236)</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em fevereiro de 2018, após a cisão, Codemig e Codemge assinaram um contrato de serviços compartilhados determinando quanto do custo incorrido pela Codemge com seu pessoal próprio, integralmente transferido da cisão, seria cobrado da Codemig pela sua utilização compartilhada.

20 Resultado financeiro

O resultado financeiro incorrido pela Companhia está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras e atualização monetária do saldo de tributos a recuperar e recebimentos da SCP em conjunto com a CBMM. As aplicações financeiras possuem como o benchmark o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices influenciam diretamente nos montantes apropriados de receitas e despesas financeiras.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas		
Juros recebidos de aplicações financeiras	18.087	26.994
Variação monetária ativa	4.981	6.787
Outras	974	182
	<u>24.042</u>	<u>33.963</u>
Despesas		
Perdas aplicações e instrumentos financeiros	(172)	-
Variação monetária passiva	(5.507)	(20.839)
Outros	(434)	(703)
	<u>(6.113)</u>	<u>(21.542)</u>
	<u>17.929</u>	<u>12.421</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	759.658	1.075.550
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(258.284)	(365.687)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusão permanente do resultado da SCP	259.696	375.311
Exclusões e adições permanentes e temporárias, líquidas	1.053	(8.483)
Ativo diferido não registrado	(2.465)	(1.141)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	<u>-</u>	<u>-</u>
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	0,00%	0,00%

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020 a Codemig conta com um prejuízo fiscal acumulado de R\$632.495 (R\$627.396 em 31 de dezembro de 2019) e base negativa acumulada de R\$638.963 (R\$ 633.864 em 31 de dezembro de 2019).

A administração julgou que ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos considerando a ausência de expectativa de resultado tributável futuro, que deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

22 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias ou preferenciais e nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro do exercício atribuível aos acionistas:		
Ordinários	-	1.075.550
Preferenciais	<u>759.658</u>	<u>-</u>
	<u>759.658</u>	<u>1.075.550</u>
Quantidade média ponderada de ações em circulação		
Ordinárias	188.366	360.868
Preferenciais	172.029	-
Lucro básico e diluído por ação (em reais)		
Ordinária	-	2.980,45
Preferencial	<u>4.415,86</u>	<u>-</u>

23 Eventos subsequentes

(a) Dividendos

Em reuniões da Diretoria da Codemig de 5 de janeiro, 26 de janeiro e 22 de fevereiro de 2021 foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares com base nos resultados de novembro e dezembro de 2020 e janeiro de 2021, respectivamente, no montante acumulado de R\$310.316.. A acionista Codemge, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito à R\$ 158.261 de dividendos enquanto o acionista Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais nestas datas, teve direito à R\$ 152.055.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Mudança de membros do Conselho e Comitê de Auditoria Estatutário

Após a data base dessas demonstrações, houve troca de dois membros do Conselho de Administração da Companhia. Os senhores Claudio Pinho e Gilmar Carrara foram substituídos provisoriamente pelos senhores Guilherme Augusto de Faria e Alécia Bicalho. Na mesma ocasião, Conselho de Administração aprovou a destituição do membro do Comitê de Auditoria Estatutário Ledomiro Braga da Silva e eleição do senhor Enio de Melo Coradi em sua substituição. A Codemig agradece aos ex-membros de sua Governança pelos serviços prestados.

* * *